



RELACI – 3.2.22 (FAFIA)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno

Unidade Gestora: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre - FAFIA

Gestor responsável: Cassio Leandro Frauches de Souza

Exercício: 2024

1. INTRODUÇÃO

A Unidade Central de Controle Interno elaborou o **Plano Anual de Atividades (PAA)** e o **Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI)**, para o exercício de 2024, no dia 07/02/2024, o qual foi enviado ao Chefe do Poder Executivo e, posteriormente, aprovado, tendo como destaque a realização de auditorias nas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Alegre, bem como em suas Autarquias, conforme Lei nº 3.582/2020, assim como nas normas específicas do TCE-ES (Instrução Normativa nº 68/2020 e Resolução nº 227/2011).

No entanto, a execução das atividades da UCCI, no exercício de 2024, foi prejudicada devido ao baixo quantitativo de servidores, conforme demonstrado no quadro de pessoal abaixo.

Além disso, surgiram novas demandas, como atendimentos às notificações dos órgãos de controle externo, especialmente do TCE-ES (ações de controle interno, transparência nos recursos públicos, recomendações quanto às novas legislações, etc.).

1.1. Quadro de Pessoal da Unidade Central de Controle Interno

No exercício de 2024 para as atividades da UCCI foram disponibilizados 04 (quatro) servidores municipais, conforme abaixo:

Cargos	2024	Decreto de nomeação	Data da nomeação
Controlador Geral do Município	01	11.581/2020	01/04/2020
Superintendente de Controle Interno	01	12.233/2021	01/06/2021
Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados	01	N/A	N/A
Superintendente de Ouvidoria e Participação Social	01	13.468/2024	27/05/2024
Diretoria de Integridade e Transparência	01	13.512/2024	01/07/2024



Ressaltamos que a organização administrativa do Município de Alegre adota a técnica da divisão de sua administração pública em administração direta (composta de órgãos públicos despersonalizados) e administração indireta (composta de entidades jurídicas dotadas de personalidade jurídica própria), através do processo da desconcentração e da descentralização administrativa.

Com isso, no âmbito do Poder Executivo Municipal, existem 04 (quatro) Unidades Gestoras, são elas: 1- Prefeitura Municipal de Alegre; 2- Fundo Municipal de Assistência Social; 3- Fundo Municipal de Educação; e, 4- Fundo Municipal de Saúde, assim como outras 03 (três) Autarquias Municipais, quais sejam: 1- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA); 2- Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre (IPASMA); e, 3- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre (SAAE).

Sendo assim, a UCCI é responsável por exercer o controle interno em 07 (sete) unidades, contando com poucos servidores, bem como de emitir, neste momento, o total de 15 (quinze) relatórios de controle interno (RELACI, RELOCI e RELUCI) e 07 (sete) arquivos estruturados (INFOCI), o que se mostra completamente desproporcional, já que o trabalho exigido é superior à mão de obra disponibilizada.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2024

2.1. Plano Anual de Atividades – PAA 2024

- Controlador Geral do Município (CGM)

Controladoria Geral do Município			
Atividade	Objeto	Tema Central	Tipo de Ação
01	Demandas Internas	Análises de demandas internas	1. Análises de demandas por solicitação do Exmo. Prefeito ou dos Ordenadores de Despesas, podendo resultar em abertura de trabalhos específicos de auditoria; 2. Análises de processos, por solicitação do Exmo. Prefeito ou dos Ordenadores de Despesas, com emissão de parecer técnico, a fim de subsidiar na tomada de decisão; 3. Orientações aos técnicos das UG's em demandas pontuais, com estudos técnicos.
02	Demandas Externas (TCE, MP, MPC, CGU e TCU)	Análises de demandas externas	1. Atendimento às notificações e citações dos Órgãos de Controle Externo; 2. Diligências às solicitações do TCE-ES em relação ao Exmo. Prefeito ou aos Ordenadores de Despesas; 3. Atendimento às demandas do MP-ES e do MPC-ES; 4. Acompanhamento de prazos das solicitações dos Órgãos de Controle Externo (TCE-ES, MP-ES, MPC-ES, CGU e TCU);



			5. Atendimento e acompanhamento às determinações e recomendações do TCE-ES, cujo resultado da ação será ponto de análise da PCA.
03	Outras Demandas	PAA	1. Acompanhamento da execução do PAA.
04	Prestação de Contas Anuais	PCA	1. Elaboração dos Relatórios e pareceres conclusivos (RELACI, RELUCI e INFOCI) sobre as contas anuais de gestão; 2. Elaboração do Relatório e parecer conclusivo sobre as contas de Prefeito (RELOCI, RELACI e INFOCI).
05	Prestação de Contas Mensal	PCM	1. Homologação do Rol de Responsáveis.
06	Tomada de Contas Especial	TCE	1. Controle e instituição de prazos; 2. Elaboração de parecer conclusivo (IN 32/2014 TCE-ES).
07	Auditorias	PAAI	1. Acompanhamento da execução do PAAI.

- Superintendência de Controle Interno (SCI)

Superintendência de Controle Interno			
Atividade	Objeto	Tema Central	Tipo de Ação
01	Monitoramento e Fiscalização dos Instrumentos de Planejamento (PPA, LDO e LOA)	Anual	1. Verificar a correta apresentação dos Instrumentos em face às exigências legais (prazos e transparência).
02	Relatórios de Execução Orçamentária – RREO	Bimestral	1. Monitorar atendimento de prazos.
03	Relatórios de Gestão Fiscal – RGF	Quadrimestral / Semestral	1. Monitorar atendimento de prazos; 2. Fiscalização da gestão fiscal (controle da despesa com pessoal, informando imediatamente ao Prefeito Municipal, caso constatado descumprimento dos limites previstos na LRF).
04	Outras Demandas	PAA	1. Execução do PAA.
05	Auditorias	PAAI	1. Execução do PAAI.
06	Ações de Integridade	Revisão de Normas de controle interno (Res. 227/2011 TCE-ES) Metodologias ágeis no contexto da administração pública	1. Revisão de normas já existentes e elaboração de outras por demanda das Secretarias; 2. Reuniões de orientação às Secretarias para elaboração e/ou atualização das normas; 3. Estudo de viabilidade para aplicação de Metodologias ágeis no contexto da administração pública.

- Superintendência de Ouvidoria e Participação Social (SOPS) e Diretoria de Integridade e Transparência (DINT)

Superintendência de Ouvidoria e Participação Social			
Atividade	Objeto	Tema Central	Tipo de Ação
01	Ações de Transparência / Controle Social	Portal Transparência	1. Monitoramento da inserção das informações, com a elaboração e aplicação de Checklist; 2. Notificação às Secretarias para atendimento de maneira imediata;



			<p>3. Se a situação da Secretaria permanecer inalterada, realizar reunião com os agentes envolvidos, na qual serão estabelecidos prazos para regularização da situação;</p> <p>4. Orientações aos técnicos das Secretarias para inserção das informações;</p> <p>5. Solicitação de aperfeiçoamento do Portal junto à empresa contratada, conforme demandas dos órgãos de controle externo;</p> <p>6. Monitoramento da inserção das informações atualizadas por parte das Secretarias;</p> <p>7. Notificação às Secretarias envolvidas para atendimento aos quesitos de transparência exigidos pelos órgãos de controle.</p>
02	Ações de Transparência / Controle Social	Ouvidoria Municipal	<p>1. Monitoramento dos prazos de atendimento e solicitações via Sistema;</p> <p>2. Atendimento ao cidadão presencial, via telefone e via Plataforma Fala.BR;</p> <p>3. Auxílio na resolução de demandas junto às Secretarias;</p> <p>4. Elaboração dos seguintes relatórios: Estatístico de Ouvidoria e Estatístico do e-Sic (com ampla publicidade).</p>
03	Ações de Integridade	<p>Transparência Capixaba (ITGP) – Ranking Estadual</p> <p>ES em Ação - Selo de Qualidade em Transparência e Governança Pública</p> <p>ATRICON – Programa Nacional de Transparência Pública</p>	<p>1. Coordenar as atividades relacionadas às avaliações de Transparência e Integridade Pública.</p>

2.1.1. Atividades em Destaque – PAA 2024

2.1.2. Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas

2.1.3. Prestação de Contas Mensal – PCM (2024)

A UCCI atua no monitoramento do envio da Prestação de Contas Mensal (PCM) ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES),¹ além de ser responsável por informar à Corte o rol de responsáveis das Unidades Gestoras, por meio do sistema CidadES.

Para isso, é realizado um intenso trabalho de acompanhamento quanto aos prazos estabelecidos no Calendário de Obrigações do TCE-ES para o lançamento das informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias e de controle no sistema CidadES.

¹ Remessa e processamento dos dados referentes à abertura do exercício e às prestações de contas mensais dos jurisdicionados. Seguindo as datas determinadas pelo TCE-ES, o gestor deve lhe encaminhar as peças de planejamento (PPA, LDO e LOA), suas atualizações, além das informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias e de controle.



Situação do envio de remessas ao TCE-ES – FAFIA Exercício de 2024	
Janeiro	Remessa homologada em 23/02/2024
Fevereiro	Remessa homologada em 05/03/2024
Março	Remessa homologada em 05/04/2024
Abril	Remessa homologada em 08/05/2024
Mai	Remessa homologada em 10/06/2024
Junho	Remessa homologada em 08/07/2024
Julho	Remessa homologada em 12/08/2024
Agosto	Remessa homologada em 09/09/2024
Setembro	Remessa homologada em 09/10/2024
Outubro	Remessa homologada em 05/11/2024
Novembro	Remessa homologada em 09/12/2024
Dezembro	Remessa homologada em 05/02/2025

2.1.4. Prestação de Contas Anual – PCA (2024)

A UCCI, conforme determina a Lei nº 3.582/2020, e normas específicas do TCE-ES (Instrução Normativa nº 68/2020 e Resolução nº 227/2011), é responsável por emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela Prefeitura Municipal, Unidades Gestoras e Autarquias Municipais.²

No primeiro trimestre do exercício de 2025 a UCCI examinou, conforme a competência e formação acadêmica do seu quadro de pessoal, os documentos que compõe a Prestação de Contas Anual (PCA) da Prefeitura Municipal, bem como das Unidades Gestoras e das Autarquias Municipais, relativo ao exercício de 2024, resultando na emissão de 15 (quinze) relatórios de controle interno e 07 (sete) arquivos estruturados.

O objetivo foi de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, conforme determina o artigo 74, inciso IV, da Constituição Federal, bem como avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Prefeitura Municipal de Alegre.

2.1.5. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal (RREO e RGF – 2024)

² Conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional que permita a emissão de parecer prévio avaliando a gestão política do Chefe do Poder Executivo ou o julgamento, manifestado por meio de acórdão, sobre as contas dos ordenadores de despesas.



O **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)** ajuda a compreender a situação fiscal do município, com dados sobre a execução orçamentária da receita e da despesa. A publicação do RREO é exigência da Constituição Federal prevista em seu artigo 165, §3º, e as normas para sua elaboração e publicação foram estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O **Relatório de Gestão Fiscal (RGF)** é um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal criados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O RGF objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF: despesas com pessoal, dívida consolidada líquida, concessão de garantias e contratação de operações de crédito.

Vale ressaltar a existência de prazos para a emissão e publicação dos supramencionados instrumentos de transparência da gestão fiscal, quais sejam:

INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL	PERÍODO	PRAZO LIMITE PARA PUBLICAÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
RREO	1º Bimestre	30 de março	Art. 52 da LRF
	2º Bimestre	30 de maio	
	3º Bimestre	30 de julho	
	4º Bimestre	30 de setembro	
	5º Bimestre	30 de novembro	
	6º Bimestre	30 de janeiro do exercício seguinte	
RGF	1º Quadrimestre	30 de maio	Art. 55, § 2º c/c 63, II, "b", da LRF
	1º Semestre*	30 de julho	
	2º Quadrimestre	30 de setembro	
	3º Quadrimestre	30 de janeiro do exercício seguinte	
	2º Semestre*	30 de janeiro do exercício seguinte	

*Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optarem por divulgar **semestralmente** o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do art. 63 da LRF.

A UCCI Interno promoveu, diligentemente, alertas periódicos à Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento (SEFIP) para a observância dos prazos de publicação dos relatórios em questão, cumprindo, assim, as funções descritas no artigo 70 da Lei Orgânica Municipal.

2.1.6. Instrumentos de Planejamento – PPA, LDO e LOA (2024)

Como marco inicial, foi encaminhado o OFÍCIO Nº 057/2024 – UCCI / GAB / SEFIP, com data de 16/04/2024, direcionado ao Prefeito Municipal e, também, ao Secretário Executivo de Finanças e Planejamento, indicando o prazo para encaminhamento do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício financeiro de 2025 ao legislativo municipal, qual seja, 30/04/2024.



Agindo de forma diligente, o Executivo Municipal encaminhou o Projeto de Lei nº 016/2024 para a Câmara Municipal no dia 30/04/2024, atendendo ao disposto no art. 3º, § 5º, do Regimento Interno do Poder Legislativo Alegrense.

Do mesmo modo que a legislação fixa prazo para o encaminhamento do projeto de lei ao legislativo, também fixa para a devolução e sanção daquele, cujo prazo limite vence em 30/06/2024.

Vale destacar que o prazo anteriormente indicado não fora rigorosamente observado, tendo a Lei nº 3.881/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2025) sido sancionada no dia 05/07/2024.

Quanto à Lei Orçamentária Anual (LOA), a UCCI encaminhou o OFÍCIO Nº 162/2024 - UCCI / GAB / SEFIP, com data de 16/09/2024, alertando sobre o dever de encaminhar, ao Legislativo Municipal, o projeto de lei estimando a receita e fixando as despesas para o exercício de 2025, cujo prazo encerrou em 30/09/2024, sendo devidamente cumprido por meio do Projeto de Lei nº 034/2024, encaminhado para a Câmara dos Vereadores no dia 30/09/2024.

Por fim, no que tange a devolução e sanção da retromencionada lei orçamentária, foi encaminhado, por esta UCCI, o OFÍCIO Nº 236/2024 - UCCI / GAB / SEFIP, com data de 05/12/2024, alertando sobre o prazo do dia 20/12/2024, o qual foi devidamente observado, sendo a Lei nº 3.902/2024 sancionada no dia 13/12/2024.

Infere-se, assim, que o Executivo Municipal observou diligentemente os prazos previamente estabelecidos, sancionando a contento as supramencionadas leis que dispõem sobre os imprescindíveis instrumentos de planejamento orçamentário.

Assim agindo, a UCCI cumpriu seu papel monitorando e fiscalizando as atividades voltadas aos instrumentos de planejamento, não havendo nada mais a ser realizado a respeito.

2.1.7. Revisão de Normas de Controle Interno (Resolução nº 227/2011) e Aplicação de Metodologias Ágeis

A normatização ou revisão das instruções normativas existentes demandam considerável tempo e disponibilidade não apenas da Unidade Central de Controle Interno, mas, também, dos demais setores envolvidos. Tempo este que foi comprometido em razão da necessidade de adequações realizadas no Portal da Transparência, bem como em relação às rotinas de lançamentos e alimentação automática do aludido portal.



O tempo dedicado às melhorias na área da transparência pública do Município de Alegre foi notoriamente proveitoso, vez que os avanços observados nas duas últimas avaliações demonstram que os esforços empregados surtiram os efeitos esperados.

Em 2022, o Município de Alegre recebeu conceito “regular” em razão dos 51,9 pontos obtidos na avaliação realizada pela Transparência Capixaba. Partindo para conceito “ótimo” em 2023, com 96,8 pontos obtidos. Chegando, atualmente, conforme avaliação realizada em 2024, a 98,0 pontos, mantendo o conceito “ótimo” e o título de cidade mais transparente do Caparaó, alcançando a 5ª posição no ranking geral de municípios do Estado do Espírito Santo.

Contudo, desde o exercício de 2022, foi dado início a utilização do Trello, que se trata de uma ferramenta visual que possibilita, de maneira coletiva, o gerenciamento de qualquer tipo de projeto, fluxo de trabalho ou monitoramento de tarefas. Permitindo a criação de checklists, fixação de prazos, bem como a automação na organização das atividades, otimizando o controle sobre o trabalho desempenhado na execução dos planos de atividades e auditorias estabelecidas para o exercício.

Desde sua implementação, os colaboradores da Unidade Central de Controle Interno têm aperfeiçoado a utilização do Trello, realizando rotinas mais frequentes de inserções de tarefas e compromissos na referida ferramenta, o que tem permitido maior controle sobre prazos e uma atuação mais diligente e objetiva do Controle Interno.

2.1.8. Transparência e Acesso à Informação (2024)

2.1.9. Portal da Transparência

Durante o último ano, nossa Unidade concentrou esforços para fortalecer os mecanismos de transparência em todas as áreas de atuação. Implementamos medidas robustas de prestação de contas, garantindo que as informações pertinentes estejam disponíveis de forma clara e acessível ao público. Além disso, aprimoramos os processos de comunicação, promovendo uma maior divulgação das atividades realizadas e dos resultados alcançados.

É importante ressaltar que esses avanços não ocorreram por acaso. Eles são fruto do comprometimento e da dedicação da equipe da UCCI, que trabalhou arduamente para promover uma cultura organizacional pautada pela transparência e pela integridade.



Nossa estrutura é enxuta, mas é focada em alta performance e entregas relevantes para sociedade. Mais gastos nem sempre garantem mais entregas, como evidenciado pelo reconhecimento que segue:

- 1º lugar na Região do Caparaó e 5º lugar no Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública realizado pela Organização não governamental Transparência Capixaba com apoio da Transparência Internacional (TI-Brasil), com uma pontuação de 98,0 pontos;
- Selo Diamante de Qualidade em Transparência e Governança Pública realizado pelo Espírito Santo em Ação (ES em Ação);
- Selo Diamante no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) na avaliação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

2.1.10. Ouvidoria Municipal (Fala.BR)

A Ouvidoria, no uso de suas atribuições, recebe, classifica, trata e responde as manifestações típicas de Ouvidoria, fixadas pela Lei nº 13.460/2017 (elogios, sugestões, solicitações, reclamações e demais pronunciamentos de usuários), conforme estabelecido na Lei Municipal nº 3.455/2021, assim como as manifestações relativas ao Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), presencialmente, na sede da UCCI, telefone ou via e-mail (ouvidoria@alegre.es.gov.br), alertando diligentemente os gestores quando identificados eventuais atrasos e inobservância dos prazos fixados nas legislações aplicáveis.

Foi implementado o Menu “Ouvidoria Municipal” no Portal da Transparência, com objetivo de reunir as competências e ações realizadas pela Ouvidoria, como a divulgação de seus relatórios, cartas de serviços, legislações, dúvidas frequentes, a fim de facilitar ao usuário o amplo acesso das informações, em homenagem aos princípios da eficiência e publicidade da administração pública.

Link: <https://alegre-es.portaltip.com.br/consultas/ouvidoria.aspx>

2.1.10.1. Relatório Estatístico Ouvidoria (2024)

Encontra-se disponível no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre o **Relatório Estatístico da Ouvidoria Municipal**, contendo dados relativos às atividades desenvolvidas no exercício de 2024.



Relatórios de Ouvidoria:

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=480>

2.1.10.2. Relatório Estatístico e-SIC (2024)

Encontra-se disponível no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre o **Relatório Estatístico do e-SIC**, contendo dados relativos aos pedidos de Acesso à Informação no exercício de 2024.

Relatórios do e-SIC:

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=39>

2.1.11. Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos (2024)

Os servidores da UCCI participaram, durante o exercício de 2024, de cursos, palestras e treinamentos pertinentes às suas atribuições, conforme quadros abaixo:

Kassio Valadares Amorim / Controlador Geral do Município

Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos	
Lançamento do Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública 2024, realizado no dia 16/07/2024	Organizado pela Transparência Capixaba com apoio do Espírito Santo em Ação
ENFOC 2024 – Encontro de Formação e Controle, Curso “O Controle Interno da Administração Pública”, realizado no dia 30/08/2024	Organizado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Ronney Milanez Baldotto / Superintendente de Controle Interno

Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos	
ENFOC 2024 – Encontro de Formação e Controle, Curso “O Controle Interno da Administração Pública”, realizado no dia 30/08/2024	Organizado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Poliana Dalto de Souza / Superintendente de Ouvidoria e Participação Social

Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos



Lançamento do Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública 2024, realizado no dia 16/07/2024	Organizado pela Transparência Capixaba com apoio do Espírito Santo em Ação
ENFOC 2024 – Encontro de Formação e Controle, Curso “Ouvidorias Ativas: Fundamentos e Práticas Inovadoras”, realizado no dia 24/09/2024	Organizado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Marianna Vailant Alves / Diretora de Integridade e Transparência

Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos	
Lançamento do Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública 2024, realizado no dia 16/07/2024	Organizado pela Transparência Capixaba com apoio do Espírito Santo em Ação
ENFOC 2024 – Encontro de Formação e Controle, Curso “Ouvidorias Ativas: Fundamentos e Práticas Inovadoras”, realizado no dia 24/09/2024	Organizado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

2.2. Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2024

ATIVIDADES DE AUDITORIA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2024					
1. Itens de abordagem prioritária					
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária					
Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	CRFB/88, art. 168.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Contas de Governo
1.2. Gestão Previdenciária					
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)



1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	Contas de Governo e Contas de Gestão do RPPS
--------	------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------	---------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------

1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.4.1	Educação – aplicação mínima	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.	Contas de Governo
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.	Contas de Governo
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Conformidade (Revisão analítica)	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Contas de Governo Contas de Poderes

2. Itens de abordagem complementar

2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

2.1.17	Transparência na gestão	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Contas de Governo
--------	-------------------------	----------------------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Contas de Governo
--------	-----------------------------------------	-----------------------------	-----------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------

2.3. Gestão patrimonial

2.3.2	Dívida pública – precatórios pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
-------	----------------------------------------	----------------------------------------------	-----------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------

2.5. Gestão Previdenciária

2.5.18	Avaliação atuarial – reavaliação anual	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou em cada balanço a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.	Contas de Gestão do RPPS
--------	----------------------------------------	----------------------------------------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------



2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Lei Federal 10.887/2004, em seu art. 9º, inciso II. Portaria MPS 403/2008, arts. 12 a 14.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se o RPPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas "prova de vida".	Contas de Gestão do RPPS
2.5.43	Pagamento Indevido – medidas de controle	Art. 63 da Lei Federal 4.320/64	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se o RPPS adota medidas de controle para evitar o pagamento a beneficiários falecidos.	Contas de Gestão do RPPS

Os pontos de controle prioritários e complementares acima foram extraídos da Instrução Normativa TC nº 68, de 08 de dezembro de 2020 que “estabelece critérios para a composição, organização e apresentação da prestação de contas anual, prestação de contas mensal, remessas de dados, informações e demonstrativos sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial, gestão fiscal e previdenciária, por meio eletrônico, ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências”.

2.2.1. Atividades de Auditoria – PAAI 2024

Todas as atividades de auditoria previstas para o exercício de 2024 foram concluídas pela equipe da UCCI. O relatório de conclusão do Plano Anual de Auditoria Interna está disponível no link <https://alegre-es.portaltip.com.br/consultas/documentos.aspx?id=734>

2.3. Elaboração do PAA e do PAAI 2025

Em cumprimento com a meta estabelecida para o exercício de 2024 o **Plano Anual de Atividades (PAA)** e o **Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI)**, para o exercício de 2025, já foram confeccionados, bem como aprovados pelo Chefe do Poder Executivo, e se encontram disponíveis para consulta no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre.

Plano Anual de Atividades (PAA):

<https://alegre-es.portaltip.com.br/consultas/documentos.aspx?id=733>

Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI):

<https://alegre-es.portaltip.com.br/consultas/documentos.aspx?id=99>



2.4. Atendimento às Demandas Advindas dos Órgãos de Controle Externo (2024)

Durante o exercício de 2024, a UCCI foi acionada a se manifestar e monitorar diversos procedimentos advindos de fiscalizações e recomendações dos Órgãos de Controle Externo, dentre os quais destacamos:

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo PMA n/a Todas UG's Processo TCE-ES n/a Fiscalização das licitações de obras públicas através da análise dos modelos de minutas de editais, conforme Lei nº 14.133/21, tendo sido originado no Plano Anual de Controle Externo 2024 Revisado (PACE 2024 Revisado).	Procedimento instaurado pela UCCI para emissão de recomendações voltadas ao atendimento das requisições do TCE-ES.	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF). Recomendações aos Gestores: No decorrer do preenchimento dos questionários encaminhados ao TCE-ES, foram emitidas recomendações formais aos gestores municipais. Tais orientações visam assegurar a observância dos princípios da legalidade, eficiência e transparência na administração pública, bem como o aprimoramento dos controles internos e o cumprimento das normativas aplicáveis.

Tribunal de Contas da União (TCU)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCU	Processo PMA n/a Todas as UG's Processo TCU n/a Fiscalização acerca do grau de maturidade da aplicação da Lei nº 14.133/2021	Procedimento instaurado pela UCCI para emissão de recomendações voltadas ao atendimento das requisições do TCU.	Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional (art. 74, IV, CF). Recomendações aos Gestores: No decorrer do preenchimento do questionário encaminhado ao TCU, foram emitidas recomendações aos gestores municipais.

2.5. Monitoramento de Determinações do TCE-ES (2024)

No exercício de 2024, não foram instaurados Procedimentos de Monitoramento de Determinações do TCE-ES.

2.6. Tomada de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos Instaurados (2024)



No exercício de 2024, não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais. As que foram instauradas em exercícios anteriores transitaram em julgado, resultando no arquivamento pelo TCE-ES, nos termos da Instrução Normativa TC nº 32/2014.

2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, na forma como determina a Lei nº 3.582/2020, assim como as normas específicas do TCE-ES (Instrução Normativa nº 68/2020 e Resolução nº 227/2011), a Unidade Central de Controle Interno apresenta para apreciação desta Egrégia Corte de Contas do Estado do Espírito Santo o presente **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – RELACI – 3.2.22 (FAFIA)**.

De acordo com os resultados apresentados neste relatório fica evidenciado que as atividades da UCCI, no exercício de 2024, foram pautadas pelo compromisso de agregar valor à gestão das diversas áreas da administração municipal, bem como pelo atendimento do PAA e do PAAI, atentando sempre para o cumprimento dos princípios que regem a atuação da administração pública (art. 37, CF).

Apesar dos fatos relevantes que impactaram as atividades da UCCI, percebe-se com clareza que cumprimos com as nossas atribuições e competências, ao assistir o Poder Executivo do Município de Alegre na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias na execução dos trabalhos nas diversas áreas, nos controles internos administrativos e ao sugerir soluções para as inconsistências detectadas, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

Alegre/ES, 20 de março de 2025.

KASSIO VALADARES AMORIM
Controlador Geral do Município
Decreto Municipal nº 11.581/2020